



CARTA ABERTA À POPULAÇÃO CONTRA O GENOCÍDIO DA POPULAÇÃO INDÍGENA

Há séculos que os povos indígenas são exterminados e, ao contrário do que se pensa, não parece que a sociedade brasileira colocará um fim nessa situação.

No Brasil, um país que se orgulha da manutenção de povos nativos e que tenta passar uma imagem de proteção satisfatória a eles, observamos mais um atentado, no Estado do Mato Grosso do Sul, não só contra esses povos, mas contra a humanidade: um ataque de fazendeiros armados, que resultou em mortes e feridos. Não foi um fato isolado. Faz parte do longo processo de genocídio dos povos indígenas.

Um país que foi inserido no nascente processo mercantilista europeu e que usou da mão de obra servil indígena para extração do pau-brasil, para a escravidão na mineração, para o plantio da cana-de-açúcar; um país que matou para tomar dos povos nativos as terras para criar sesmarias a particulares; que criou aldeamentos para conversão forçada ao sistema religioso metropolitano; que ousou contestar o caráter humano do indígena para poder escravizá-lo; que mais tarde os chamou de tutelados para poder se apossar do resto de suas terras; que tentou miscigenar para contestar o direito das terras indígenas; que evita demarcações, pois essas se chocam com o desejo dos latifundiários.

O indígena que outrora foi usado para povoar áreas fronteiriças e assim justificar o território como brasileiro, para proteger flora e fauna, hidrografia, patrimônio biológico e cultural, passou a ser cnicamente questionado pela necessidade de 'tanta terra' para pouca gente pelos próprios detentores de latifúndios.

Para que tanta terra com tão pouco fazendeiro? – poderíamos rebater. Quem é o dono da terra? Quem é o invasor? Latifúndio é o padrão de 500 anos... Continuará sendo? Quem ganha com isso? E o Estado? Diante de uma bancada em sua maioria composta por latifundiários, o Congresso poderá proteger essa parcela da população brasileira?

Um escândalo como o que ocorreu e que, infelizmente, não deixará de ocorrer não choca também as grandes mídias? Não dão a cobertura necessária em face das perdas comerciais que enfrentariam? Sem o Estado, sem a divulgação da TV e dos jornais e sem o apoio do restante da população, o que ocorrerá?

Não nos esqueçamos de que durante a formação do povo brasileiro, o indígena foi chamado de aberração, de ingênuo, de tutelado, até de herói romantizado, representações estereotipadas que circulam ainda no imaginário do povo brasileiro. Denunciamos, portanto, as reiteradas tentativas de silenciamento e apagamento dos povos indígenas, buscando referenciá-los como povos do passado, buscando convencer a todos de que os indígenas não são gente do presente, com histórias a construir pelas próprias mãos.

O nosso problema não são as leis. Temos uma legislação que precisa ser fortalecida e posta em prática. Precisamos acelerar as demarcações em face do avanço descontrolado do agronegócio. Precisamos integrar os indígenas ao Brasil e isso não significa retirar deles o título de indígena e, assim, suas terras e sua forma de viver. É necessário que garantamos de fato seus direitos constitucionais e legais, reconhecendo-os e apoiando-os como seres humanos.

O NEABI-IFSP – Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas do Instituto Federal de São Paulo – condena a ação recentemente efetuada no Mato Grosso do Sul, lembrando que essa não foi uma atitude isolada por parte dos detentores do capital. Trata-se de um processo perverso e abusivo que está em curso no Brasil há séculos. Cobramos atitudes das autoridades, da imprensa e da população com a fiscalização, a denúncia engajada e devidas punições.